

São Tomé

Óleo de palma, floresta e conflito



São apenas 50 quilómetros entre São Tomé e Ribeira Peixe, mas o caminho faz-se devagar. A estrada é sinuosa, acomoda-se ao contorno da costa e vence a orografia em curvas e declives, com o mar à esquerda e a floresta verdejante à direita.

Alguns minutos além do rio Ió Grande surgem as primeiras palmeiras. Estão alinhadas em fileiras, entre as quais foi semeada uma leguminosa para fertilizar o solo. O conjunto estende-se num tapete geométrico até ao limite onde a floresta foi cortada. Ao fundo, enquadrado por esta paisagem dual, vê-se o Cão Grande, o curioso dedo vulcânico que se eleva a 663 metros de altitude.

O cenário é tudo menos um simples cartão postal de São Tomé e Príncipe. Aquelas palmeiras fazem parte de uma exploração agro-florestal que é o tema do momento no país. Implica derrubar áreas de floresta para produzir óleo de palma e está a semear a discórdia entre cidadãos, organizações não-governamentais, empresas e administração central.

Não é uma história que se encaixe numa divisão simplista entre defensores e destruidores da natureza. São Tomé e Príncipe é um país pobre, com um PIB *per capita* de 1100 euros por ano, 6% do português. As roças de cacau e de café que alimentaram a economia colonial estão quase todas falidas. Nas cidades há poucos empregos.

O país precisa de investimento. Mas a população não está disposta a aceitá-lo a qualquer custo. O trinómio idílico do desenvolvimento sustentável, onde a economia, o ambiente e o bem-estar social andam de mãos

dadas, não está aqui a funcionar.

Produzir óleo de palma não é uma novidade no país. No anos 1980, o Governo criou a Empresa de Óleos Vegetais (Emolve) e plantou cerca de 600 hectares de palmeira-andim (*Elaeis guineensis*) no Sul de São Tomé. O projecto durou pouco e estava moribundo quando, há cinco anos, o Governo começou a negociar uma parceria para o ressuscitar. Surgiu então a Agripalma, com 12% de capital do Estado são-tomense e 88% da STP Invest, uma sociedade belga cujos responsáveis estão ligados a empresas da área das renováveis.

A ideia é replantar e ampliar os palmars para quase 5000 hectares e construir uma fábrica. O investimento equivale a 29 milhões de euros e a produção esperada é de 20 mil toneladas de óleo de palma por ano, em 2017. Parte destina-se ao consumo local e parte será exportada.

Corrida à África

O projecto surge num momento em que muitos investidores estão de olho na exploração do óleo de palma em África. Actualmente, 85% da produção mundial vem da Indonésia e da Malásia, com destino sobretudo à China, Índia e União Europeia. Com a expectativa de duplicação do consumo até 2020 - como óleo comestível e para a produção de biodiesel -, outras áreas de cultivo estão a ser procuradas nos trópicos.

Num relatório de Dezembro de 2011, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente já alertava para a destruição de florestas tropicais devido "à rápida expansão da monocultura do óleo de palma". Conflitos ambientais e sociais, em especial pela posse da terra, têm sido reportados em países africanos como a Nigéria, Camarões, Gana, República Demo-

crática do Congo, Costa do Marfim.

Em São Tomé é Príncipe, estão a repetir-se, desde que os contratos com a Agripalma foram assinados em 2009. "A partir deste momento, as coisas começaram a correr mal", queixa-se Bastien Loloum, organizador não-governamental Marapa (Mar, Ambiente e Pesca Artesanal). O estudo de impacto ambiental, diz Loloum, é deficiente, não teve consulta pública e foi difícil de obter. "Estava na Bélgica, em inglês, e a tradução é má", afirma.

Em documentos do projecto, há várias referências a compromissos de responsabilidade ambiental. A própria empresa que executará o projecto - a Socfino, detentora de 100 mil hectares de palmars em África - é fundadora da *Roundtable Sustainable Palm Oil*, criada pelos produtores em 2004 para garantir que as explorações seguem os preceitos do desenvolvimento sustentável.

No terreno, porém, os exemplos contrários multiplicam-se quando se passa a cidade de Porto Alegre, no extremo sul de São Tomé, e se segue por uma estrada irregular de terra batida. Depois de um pequeno percurso a pé, entre fetos e coqueiros, Bastien Loloum mostra uma área pejada de árvores abatidas. Ali passa um curso de água que mal se vislumbra. "Deviam ter guardado uma faixa de 40 metros a partir da ribeira", lamenta Loloum, que coordena projectos da Marapa naquela região.

Mais à frente, o caminho passa por troços difíceis, com pequenas fontes periclitantes, até desaguar numa área com amplas faixas de floresta abertas para as palmeiras. Há ribeiras entulhadas com troncos e acentuados declives recém-despidos. A vulnerabilidade à erosão é evidente.

Foi nesta área que a população se

rebelou contra o avanço das máquinas. O projecto previa, na região de Porto Alegre, o envolvimento dos agricultores locais - num modelo distinto das plantações industriais em Ribeira Peixe. Mas os moradores dizem que os *bulldozers* avançaram sem aviso nem cerimónia. "O problema é a maneira como estão a agir na comunidade", afirma Fidel Sanches, presidente da Associação Comunitária de Porto Alegre.

Reforma falhada

Em grande medida, o que foi derubado correspondia às ruínas de uma reforma fundiária falhada, que teve início nos anos 1990. Ex-trabalhadores das roças receberam lotes de terreno do Estado. Mas, por falta de apoio, de formação ou de iniciativa, muitos nunca cultivaram a sério os seus talhões. Hoje simplesmente retiram da terra o que a terra lhes dá - algum cacau ou café remanescente, bananas, cocos, fruta-pão. Das próprias palmeiras extrai-se a seiva para fazer o vinho de palma. Grandes árvores transformam-se em madeira, o material de construção mais popular na ilha. "A terra não era cultivada, mas havia a nossa madeira que estávamos a proteger", justifica Fidel Sanches. "Derrubaram e destruíram", acrescenta.

O sangue ferveu numa manhã de Maio passado. De catanas em punho, a população impediu o avanço das máquinas. A Agripalma suspendeu as operações e agora vêem-se no local apenas alguns trabalhadores a seccionarem grandes árvores já abatidas.

Num país onde a falta de emprego é um problema, a perspectiva de trabalho no projecto Agripalma não entusiasma a todos. "São trabalhadores extras. Não têm regalias, segurança social, se ficam doentes ninguém lhes

paga", diz Adelino dos Prazeres, outro morador de Porto Alegre.

O conflito social à volta do projecto não é o único. As plantações estão a tomar o lugar da floresta, com efeitos ainda mal estudados. O resumo do estudo de impacto ambiental faz uma descrição muito sumária da fauna e nula da flora. Os impactos sobre a paisagem e a biodiversidade estão resumidos em três parágrafos curtos. Um deles diz: "A biodiversidade será preservada como uma prioridade".

São Tomé e Príncipe tem animais e plantas únicos, que não existem em mais lugar nenhum. A sua avifauna, por exemplo, inclui espécies criticamente ameaçadas de extinção, como a galinhola (*Bostrychia bocagei*), o picão (*Lanius newtoni*) e o anjolo (*Nesospiza concolor*). "A grande questão é que se desconhecem quais são as áreas vitais para estas espécies", alerta Nuno Barros, da Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA). "Não havendo estudos, pode-se estar a estragar coisas que nem sequer conhecemos", diz Barros.

Providência cautelar

Organizações como a SPEA somaram as suas preocupações à dos moradores e de outros sectores da sociedade. O resultado é um movimento cívico que tem agora agido em conjunto. Uma petição "contra a desflorestação" foi lançada na Internet e uma queixa formal levou o Ministério Público a entrar com uma providência cautelar, no princípio de Julho, para suspender o projecto.

Parte da luta legal tem sido garantida pelo envolvimento de juristas são-tomenses, como a bastonária da Ordem dos Advogados, Celiza de Deus Lima, e o ex-procurador-geral da República, Adelino Pereira. Este advogado tem uma concessão agrí-

cola na zona do projecto, mas diz que o que o move não é nenhum interesse pessoal. "Quando vi aquilo, fiquei chocado", afirma, no seu escritório na cidade de São Tomé.

Adelino Pereira não entende como é que o Estado entrou com os terrenos todos da Agripalma e só ficou com 12% da empresa. "É óbvio que há uma desproporção imensa". A Agripalma pagará ao Estado uma renda anual de sete euros por hectare, o que, para o advogado, "é uma aberração". Parte dos terrenos, embora públicos, pode ser hipotecada para empréstimos bancários.

Os contratos prevêem uma concessão de até 75 anos, amplas isenções fiscais e o monopólio da actividade no país, enquanto estiverem a ser pagos os empréstimos. "Os contratos estão impregnados de vários vícios", conclui Adelino Pereira.

"Há muita desinformação e muito aproveitamento político", rebate o director-geral da Agricultura, Carlos Pascoal. O projecto da Agripalma insere-se numa tentativa de atrair investidores estrangeiros para viabilizar áreas agrícolas que não estão a ser cultivadas. "Temos de reagir a esta economia que não existe e alargar a

66

Não estamos contra a Agripalma. Queremos é que as coisas sejam bem feitas

99

Adelino Pereira
Advogado

nossa base produtiva de exportação", diz Carlos Pascoal.

O director-geral admite que nem tudo tem corrido bem. "Houve alguns erros, áreas que não deveriam ser derrubadas e foram. Mas não se pode pôr em causa um projecto por erros que são reversíveis", afirma. Depois das queixas, o Governo criou uma comissão permanente para fiscalizar os trabalhos, embora muitos duvidem de que haja recursos para manter os funcionários no terreno.

Carlos Pascoal - que representa o Estado no conselho de gerência da Agripalma - diz que as cláusulas do contrato são o resultado de oito meses de negociações e que a renda paga pelos terrenos está acima dos quatro euros por hectare previstos na legislação. "Não vejo onde está o crime disto...", comenta.

Terras a menos

O Governo vê como natural a protecção do negócio por um monopólio enquanto houver dívidas à banca, bem como a hipoteca de terrenos públicos - já que o próprio Estado é parte interessada no projecto. Quanto à não-realização de uma consulta pública para o estudo de impacto ambiental, prevista na lei, Carlos Pascoal pergunta: "Qual é o projecto que teve consulta pública?"

Há uma questão ainda delicada por resolver. Dos 4917 hectares previstos no projecto, 1272 seriam concessionados no Príncipe. Mas o governo regional daquela ilha chumbou a ideia e será impossível encontrar, na ilha de São Tomé, mais áreas planas para as palmeiras. "Não temos", diz Carlos Pascoal. O contrato com a STP Invest tem agora de ser revisto.

Na sede da Agripalma em São Tomé, a política neste momento é a do silêncio. Ao PÚBLICO foi apenas

entregue um comunicado de 19 de Junho, assinado pelo director-geral Jan Van Eykeren. No documento, a Agripalma diz que "desde o início do projecto tem procurado respeitar a protecção do ambiente" e que está a seguir as recomendações contidas num estudo complementar que mandou fazer sobre a biodiversidade.

Também afirma que não desflorestou qualquer área dentro do Parque Natural d'Óbo - criado em 2006 e onde se concentra a vegetação original da ilha -, e que não está a explorar áreas legalmente classificadas como floresta, já que as zonas concessionadas ou já eram palmars ou tinham sido reocupadas por coqueiros e outras árvores, depois de abertas à agricultura há muito tempo. Segundo a Agripalma, não há aves endémicas na área concessionada.

A empresa refere que está a empregar 800 trabalhadores, com uma folha de pagamentos mensal de 1500 milhões de dobrás (61.000 euros). "Não vamos destruir o país para dar emprego a 800 pessoas", contesta o advogado Adelino Pereira. "Não estamos contra a Agripalma. Queremos é que as coisas sejam bem feitas", completa, repetindo uma afirmação comum a todos os envolvidos no movimento cívico ouvidos pelo PÚBLICO.

Os ânimos estão longe de acalmar. Na semana passada, trabalhadores da Agripalma voltaram a ser interpelados em Porto Alegre. E, se não houver alterações, o próximo passo da contestação já está agendado, segundo diz Fidel Sanches: "Estamos à espera da chuva para retomar a nossa roça".

 **Var fotografaria em publico.pt**